

IX ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo

21 a 23 /11/2018, ESPM, Rio de Janeiro, RJ.

Grupo de Trabalho 06: Comportamento do consumidor sob as lentes interpretativas da *Consumer Culture Theory*

**Onde tem tiroteio? O Fogo cruzado na cidade do Rio de Janeiro
O uso de aplicativos em smartphones na busca por segurança ou o alarde da insegurança?**

Patricia Gonçalves, UNISUAM, UFRRJ/CPDA.

Enilton Carlos de Menezes, UNISUAM, UERJ/PPGCC.

Resumo

Os aplicativos Onde tem Tiroteio (OTT) e Fogo Cruzado (FC) foram lançados no ano de 2016 com o objetivo de notificar aos indivíduos cadastrados os locais onde há disparos de armas de fogo e tiroteios na cidade. Este trabalho tem como objetivo investigar o impacto das informações compartilhadas pelos aplicativos no cotidiano dos indivíduos e a partir daí entender suas lógicas e escolhas de deslocamento pela cidade.

O pilar interpretativo deste trabalho está em efetivamente entender e refletir sobre o que esses indivíduos fazem com as informações, como as absorvem e quais comportamentos decorrem delas, já que o objetivo é identificar o que está sendo dito a respeito do comportamento e das práticas. (Bardin, 2011).

Inspirados nos estudos de *Consumer Culture Theory* buscamos a compreensão do consumo, das escolhas comportamentais e os vários modos de interação entre os consumidores. Partimos de um sistema interconectado de imagens, textos e objetos produzidos, que os grupos utilizam para a construção de suas práticas, identidades e significados na criação de sentidos em seus ambientes e para orientar as experiências e vidas de seus membros. E dessa forma construir um conhecimento que busque integrar a noção experiencial do consumo com o sistema cultural e simbólico dos sujeitos envolvidos no fluxo da vida social cotidiana. (ARNOULD; THOMPSON, 2007).

Utilizamos os conceitos de cibercultura (Lévy, 1999 Lemos, 2013) sociedade em rede (Castells, 2000), o uso da internet, redes sociais, aplicativos (Recuero, 2009) e smartphones (Hayden e Webster, 2014) bem como plataformas colaborativas (SHIRKY, 2011 JENKINS, 2008) como integrantes fundamentais nesta discussão. Pois há, portanto, uma mudança social importante em meio a avanços tecnológicos pelas alterações nos padrões de consumo de informação e produtos midiáticos de maneira geral, onde a evolução dos dispositivos eletrônicos é o grande catalisador desse fenômeno rumo a uma sociedade mais conectada. Na contemporaneidade, isso quer dizer que um artefato digital e com acesso à internet, como um smartphone, é capaz acelerar processos já existentes e criar novos laços na rede.

Segundo Bardin (2011), hipóteses são explicações antecipadas do fenômeno observado que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do estudo. A hipótese que norteia este trabalho é o paradoxo decorrente da própria proposta dos aplicativos Onde tem tiroteio (OTT) e Fogo Cruzado (FC), isto é, se por um lado as informações disponibilizadas buscam proteger os indivíduos, por outro lado podem ser percebidas como aumento significativo da insegurança?

Os resultados mostram a confirmação paradoxal de nossa hipótese, e mais, uma relativização do conceito de segurança que pesa nas efetivas atitudes dos indivíduos com as informações disseminadas através dos aplicativos, uma vez que mesmo sem confiar plenamente nas informações divulgadas, mudam seus deslocamentos na cidade ou evitam alguns trajetos.

Palavras-chave: Onde tem tiroteio, Fogo cruzado, aplicativos, violência, segurança, smartphones.

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro sofreu de forma particular a crise vivenciada no país desde 2015, o Rio perdeu, entre janeiro de 2015 e novembro de 2017, 196.215 empregos segundo Ministério do Trabalho, e onerou seu orçamento com diversas contratações, onde se destaca a área de Segurança Pública, com a implantação das UPPs entre 2006 e 2016. Além disso, a queda das receitas de royalties, de R\$ 12 bilhões em 2013 para R\$ 4 bilhões em 2016, e o fato de estar no epicentro da crise que atingiu as empresas de petróleo e algumas empreiteiras com sede no estado pelo desdobramento da operação Lava-Jato; também são variáveis a serem consideradas no aprofundamento da crise. E mais, o grande endividamento em função do preparo da cidade para receber as Olimpíadas e a Copa do Mundo.

Diante deste cenário desolador assistimos a verdadeira falência do estado que não conseguia honrar com seus compromissos financeiros atrasando salários de servidores, não realizando pagamentos a fornecedores e provocando um verdadeiro caos financeiro que eclode no desemprego, na má qualidade dos serviços públicos e na sua face mais terrível que é a escalada da violência na cidade.

Historicamente a crise específica do Estado do Rio deriva de longa decadência econômica que é fruto: da transferência da capital para Brasília; da carência de reflexão e de estratégias consistentes de fomento ao desenvolvimento socioeconômico regional deixando heranças até os dias atuais, segundo a historiadora Maria Helena Versiani.

Fatos esses que corroboram com contexto do empreendedorismo urbano que emerge na fase do capitalismo neoliberal e que encontra no espaço urbano o seu principal campo de reprodução (HARVEY, 2005). Com isso, as cidades que disputam investimentos no cenário global, buscam fortalecer a imagem de cidade como *commodity* (VAINER, 2002), comprometida com as demandas do mercado, reforçando ainda mais o seu aparato de força e segurança para impor a paz para o florescimento do capital. Diante disso, em julho de 2007, o Rio de Janeiro dá a largada à imagem de cidade dos megaeventos, sendo a sede da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e, coincidentemente ou não, também a sua fase mais ostensiva no que diz respeito a sua política de segurança.

Essa política de ocupação permanente teve o seu ponto mais alto no Rio de Janeiro com a implantação do projeto de Unidades de Polícia Pacificadora, iniciado em 2008, naturalizando na sociedade o cotidiano de ocupação policial e de conflito nas favelas, sem romper com o caráter repressivo historicamente praticado contra esses territórios. Embora os confrontos entre policiais e traficantes tenham diminuído nos anos iniciais do projeto, bem como a onda de violência nos bairros do entorno das favelas, o comércio ilícito de drogas se manteve presente e as limitações à vida de seus moradores também, por meio de um excessivo controle que ignora a cultura e as especificidades locais¹.

De lá para cá esta realidade só tem se agravado, principalmente a partir do ano de 2016, quando o projeto de polícia pacificadora começa a dar claros sinais de enfraquecimento, com o retorno de tiroteios a diversas favelas pacificadas e aumento do confronto entre policiais e traficantes (NOVAES, 2018).

De acordo com o Atlas da Violência 2017, o Rio de Janeiro é o estado que registrou o maior número de mortes em decorrência de intervenção policial - foram 926 pessoas assassinadas pela polícia apenas em 2015. Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP, também demonstram o aumento do recrudescimento da violência policial no cenário de crise do estado, considerando o aumento de 45,3% dos homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial (denominado autos de resistência) no primeiro semestre de 2017 em relação a 2016, subindo de 400 para 581 casos. Essa política de combate também se volta contra a própria polícia, tendo em vista que o número de policiais mortos e feridos em áreas com UPPs também aumentou ao longo dos anos, saltando de 30 e 3, respectivamente, em 2013 – quando o Rio de Janeiro possuía 36 UPP – para 142 e 13, em 2015, numa realidade de 38 UPPs (SILVA, 2017).

¹ Como, por exemplo, a proibição de bailes funks. Neste sentido, ver “Resolução 013: Festejar ou não festejar em favelas controladas por UPP”. Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=5388>. Acesso em 30.06.2018.

A violência ganha às ruas no explosivo aumento ao roubo de cargas nas principais vias de acesso à cidade, no aumento de assaltos a população seja nos transportes públicos ou em arrastões em vias públicas, bem como no fechamento de ruas/avenidas devido a operações policiais e/ou tiroteios entre bandidos pela guerra de território nas favelas na cidade. Culminando na intervenção federal no estado do Rio de Janeiro no dia 16 de fevereiro de 2018 válida até 31 de dezembro de 2018.

Neste contexto de total perda de controle pelo Estado e com a tecnologia a seu favor surgem em 2016 dois aplicativos: Onde tem Tiroteio (OTT) e Fogo Cruzado (FC) com o objetivo de notificar aos indivíduos cadastrados os locais onde há disparos de armas de fogo e tiroteios na cidade. Permitindo que as informações sejam compartilhadas pelos usuários em suas redes sociais ampliando o alcance a informação.

Segundo o site Fogo Cruzado em seu primeiro mês de levantamento de dados – julho 2016 - houve um total de 748 disparos/tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro, e somente na cidade do Rio foram 553 ocorrências. Em setembro de 2018 (último mês consultado para esse artigo) na região metropolitana foram 857 ocorrências e na cidade do Rio 521 notificações de disparos/tiroteios.

Os relatórios do Onde tem tiroteio demonstram que em 2017 ocorreram 5.155 tiroteios no estado do Rio de Janeiro e que em 2018 foram 4.893 tiroteios contabilizados até a data 2 de outubro (data consultada para a escrita deste artigo).

Diante deste cenário a reflexão nos leva para os seguintes questionamentos: como se vive nesta cidade? De que forma as pessoas se deslocam no seu dia a dia? Quais caminhos evitam? Conseguem realmente evitar alguns trajetos/lugares? Como estabelecem lógicas de proteção? Como lidam com as informações recebidas pelos aplicativos? Colaboram com informações para os aplicativos? Confiam nas informações divulgadas pelos aplicativos? Qual percepção tem sobre a violência na cidade?

Essas inferências nos motivaram para a realização desta pesquisa onde o pilar interpretativo deste trabalho está em efetivamente entender e refletir sobre o que esses indivíduos fazem com as informações, como as absorvem e quais comportamentos decorrem delas, já que o objetivo é identificar o que está sendo dito a respeito do comportamento e das práticas. (Bardin, 2011).

A hipótese que norteia este trabalho é o paradoxo decorrente da própria proposta dos aplicativos Onde tem tiroteio (OTT) e Fogo Cruzado (FC), isto é, se por um lado as informações disponibilizadas buscam proteger os indivíduos, por outro lado podem ser percebidas como aumento significativo da insegurança?

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado a partir da contextualização da cidade do Rio de Janeiro e as favelas, pois consideramos importante entender a construção destes territórios como focos de exclusão social na falta de políticas públicas de desenvolvimento e consequentemente dominados pela lógica das facções armadas numa clara mudança do cenário da violência; demonstrando que as estratégias públicas recentes de retomada destes territórios fracassaram por não terem o planejamento adequado, investimentos corretos e por privilegiarem antigas e pouco eficientes formas de intervenção; acarretando na explosão da violência na cidade.

Entendendo o contexto da cidade podemos pensar o sistema cultural e simbólico dos sujeitos envolvidos no fluxo da vida social cotidiana (Arnould; Thompson, 2007), funcionando como palco das construções subjetivas de seus moradores. E desse modo a tecnologia surge como uma mediadora imprescindível na articulação de novos comportamentos e nas atitudes que decorrem deles, para tal traremos a importância dos smartphones e das plataformas colaborativas no que tange a disseminação das informações dos aplicativos OTT e FC. Dessa forma utilizamos os conceitos de cibercultura (Lévy, 1999 Lemos, 2013) sociedade em rede (Castells, 2000), o uso da internet, redes sociais, aplicativos (Recuero, 2009) e smartphones (Hayden e Webster, 2014) bem como plataformas colaborativas (SHIRKY, 2011 JENKINS, 2008) como integrantes fundamentais nesta discussão.

Para esse artigo foram realizadas 10 entrevistas em profundidade a partir de questionário estruturado, além de conversas informais dentro do âmbito social dos pesquisadores no sentido de apreender mais sobre a realidade da cidade tendo como a observação o discurso dos indivíduos em relação à violência e o papel dos aplicativos neste contexto. Além de 60 questionários quantitativos enviados e tabulados pelo software *SurveyMonkey*. Nossa metodologia inspirou-se nos estudos de Consumer Culture

Theory (CCT), ou seja, privilegiando a metodologia qualitativa, elegendo a etnografia como o método mais adequado em virtude da natureza do problema abordado neste artigo que é a compreensão do fenômeno do consumo (da violência) assumindo a perspectiva do indivíduo (usuário dos aplicativos) em seu ambiente sociocultural. E, lançamos mão também da interpretação dos resultados por meio da inferência, Bardin (2010), no propósito de ir além do olhar descritivo, mas ser uma análise de significados, construída na empiria.

DESENVOLVIMENTO

O território periférico – a favela – e a ocupação das facções

A palavra favela nasceu como substantivo comum passou a nome próprio e voltou a ser um substantivo comum. Favela, que era uma vegetação típica do nordeste, virou o nome do Morro da Favela, hoje Providência, depois se transformou no nome de certo tipo de ocupação humana do espaço.

Tão imprópria quanto a derivação da palavra favela, foi a ocupação dos morros e terrenos desocupados da cidade por levas de populações pobres na opinião de amplos setores sociais. Segundo Valladares (2005) desde o início as populações faveladas e suas formas de viver foram alvo de diferentes políticas públicas. Na sua fase inicial o “problema favela” foi enfrentado através da prática da remoção das famílias para regiões menos valorizadas da cidade. Os reiterados fracassos das remoções, que não conseguiam fixar os moradores nas novas moradias, nem impediam novas famílias de se situarem em lugares vazios, levou o governo a modificar sua abordagem. A remoção foi substituída pela realocação e aos poucos a realocação também se mostrou ineficiente.

A separação entre morro e asfalto também é mais imaginária que real já que existe enorme circulação de força de trabalho e consumo entre esses dois universos. Mesmo assim esses dois mundos são considerados separados.

A falta de investimentos públicos e a dificuldades das famílias faveladas de enfrentarem seus problemas individualmente ou de se articularem em grupos de interesse, acabaram por determinar um processo de degradação desses espaços diante da sociedade e facilitaram a ocupação do território pelos grupos armados envolvidos com o comércio de varejo de drogas ilegais baseado nas comunidades.

Desde a década de 60 o comércio de varejo de drogas acontecia nos territórios periféricos do Rio (MISSE, 2018). No início nas “bocas de fumo”, como diz o nome, se vendia maconha para grupos marginais da sociedade. A partir dos anos 80 o Brasil se tornou rota do mercado de cocaína. Por isso a coca chegou ao Rio de Janeiro com preços compatíveis para ser consumida pelas camadas médias urbanas. As velhas “bocas de fumo” foram substituídas pelas atividades do “movimento” e os consumidores marginais por moradores da cidade formal. A lucratividade do negócio atraiu investidores e quadros do sistema de segurança. A aproximação desses últimos foi fundamental para a consolidação do poder que as facções assumiram diante da sociedade. Para Misse (2018) a força do “movimento” de drogas só pode ser entendida se analisarmos o papel desempenhado pelo que ele chamou de “mercado de mercadorias políticas” – como tráfico de influência, decisões judiciais, entre outras.

Os moradores das comunidades ocupadas afirmam perceber uma diferença muito clara entre o comércio varejista de drogas nos anos 70 e o da atualidade (ZALUAR, 2000; MACHADO DA SILVA, 2008). Entre as mudanças percebidas eles apontam o fato de que os traficantes do passado respeitavam o morador e os valores válidos na comunidade mais do que hoje. O respeito pelo morador se refletia na proibição da venda de drogas nas ruas e no cuidado com as famílias. Os traficantes também eram mais velhos e egressos dos lugares onde atuavam. As quadrilhas eram menos organizadas, às crianças não era permitido trabalhar, e, quando eram aceitas, não podiam usar armas. À medida que o “movimento” de drogas foi ficando mais complexo, a idade cronológica deixou de ser um critério para o recrutamento de mão-de-obra. No seu lugar surgiu a concepção de “preparação”. O sujeito está preparado para trabalhar no tráfico quando é percebido como alguém que já está em condições de participar de todas as ações envolvidas no negócio, mesmo as mais violentas (SILVA et. al., 2009).

Enquanto os moradores iam assistindo ao distanciamento da atividade dos comandos em relação aos valores aceitos nas comunidades, os estudiosos iam percebendo a diferenciação interna das funções e a militarização dessa atividade.

Nas comunidades ocupadas pelas facções de drogas, está se desenvolvendo um tipo específico de sociabilidade, a sociabilidade violenta. Nessa modalidade de interação um grupo estruturado com base na força se impõe a outro grupo controlando sua mobilidade, organização e expressão. A força física se torna o “princípio de coordenação das ações” e as formas de interação são vivenciadas, sobretudo, como técnicas de dominação de uns e de defesa dos outros (MACHADO DA SILVA, 2008).

O controle das comunidades pelas facções e o conflito constante para garantir a ocupação do território afetam as comunidades de diversas formas. Os moradores das comunidades estão expostos aos conflitos armados entre as facções e contra os agentes de segurança pública. Além disso, o controle do “movimento” e a imposição dos seus quadros como interlocutores diretos e indiretos dificultam o fortalecimento de uma sociabilidade mais orgânica e democrática. A cultura das comunidades foi modificada.

Em todas as regiões da cidade territórios foram ocupados por grupos fortemente armados de vendedores de drogas ou de milicianos. Na problemática que o comércio de varejo local e o tráfico assumiram diante da sociedade brasileira à imbricação tradicional entre a mão de obra do “movimento” – formada por jovens criados na localidade - e os moradores das comunidades, nas duas últimas décadas veio se somar a imbricação entre a polícia e a milícia. Separar o “joio do trigo” nesses dois grupos é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de combate à violência na cidade do Rio de Janeiro hoje.

Paralelamente a crescente guetificação das populações faveladas, a própria cidade está se fechando em territórios, em alguns casos, fortemente guardados, e o sentimento de sociabilidade urbana foi se deteriorando. Para Souza (Apud NEPAD & CLAVES, 2000) o agravamento da situação urbana está provocando uma alteração no plano psíquico-social da população do Rio, que comprometeu a tradicional imagem da cidade como um lugar aberto à livre circulação e ao estabelecimento de contatos interpessoais.

A temática do medo é um dos principais efeitos dessa problemática acarretando no esvaziamento do espaço público de convivência.

Desenvolvimento e estratégia de pacificação

As Unidades de Polícia Pacificadora foram uma resposta do poder público do Rio de Janeiro ao poder e controle que as facções envolvidas com o comércio varejista de drogas assumiram na cidade que estão inseridas em um conjunto de iniciativas do governo e da sociedade que visam a promoção do desenvolvimento.

As Unidades de Polícia Pacificadora foram criadas pelo governo de estado do Rio de Janeiro como estratégia de enfrentamento da violência urbana. Essas unidades se estruturam a partir da metodologia da polícia de proximidade e da reintegração dos territórios que estavam sob o domínio dos grupos envolvidos com o comércio de varejo de drogas ilegais. Esse é um projeto que está sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, criado pelo Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009. A primeira UPP foi instalada na favela Santa Marta (Botafogo, Zona Sul) em 20 de novembro de 2008.

Depois que a polícia militar restabelece a ordem pública cabe ao Estado, em parceria com a sociedade civil a ocupação social do espaço. A metodologia de implantação tinha como base reuniões periódicas que definiriam projetos e formas de ação. As propostas para cada comunidade deveriam ser definidas a partir de fóruns locais onde se promovesse a articulação de agentes de desenvolvimento com lideranças comunitárias.

Nessa concepção espera-se que o fortalecimento dos laços sociais favorecesse as estratégias de geração de renda e as estratégias de enfrentamento de problemas de maneira geral. Outra preocupação nuclear da política de pacificação era promover a aproximação de policiais e moradores tentando quebrar uma hostilidade que já dura décadas e promovendo um estado de paz social que propiciasse um trânsito melhor nas comunidades e na própria cidade. O sucesso dessa iniciativa do Estado poderia também contribuir para romper com anos de desconfiança da sociedade como um todo em relação à eficiência de sua máquina administrativa e aos homens públicos

Nos primeiros anos, as UPPs apresentaram resultados extremamente positivos. Houve uma redução de mais de 60% nos homicídios nas áreas pacificadas, assim como uma queda de 85% das mortes

provocadas por policiais nestas mesmas regiões, além de uma ampliação de mais de 300% na apreensão de drogas. As áreas em que as UPPs foram implantadas também passaram por uma forte valorização imobiliária.

Mas desde 2012 as UPPs já vinham mostrando sinais de esgotamento. Ataques às bases em áreas supostamente pacificadas se tornaram comuns, confrontos entre policiais e traficantes passaram a ser mais violentos e a vitimar cidadãos inocentes, e um crescente número de denúncias de abuso de poder e corrupção viraram rotina em quase todas as 38 unidades espalhadas pela cidade. Mas foi com o agravamento da crise econômica, a partir de 2015, que os problemas começaram a ficar mais explícitos.

E mais, o braço social do programa, chamado de UPP social, não saiu do papel. A maioria das favelas continuaram carentes de serviços públicos do Estado e nunca tiveram investimentos em infraestrutura.

Chegou-se ao número de 38 UPPs no Rio de Janeiro. A expansão rápida e sem planejamento, a falta de preparo dos policiais e a incapacidade da polícia de conseguir apoio das comunidades onde estava instalada foram fatores determinantes para o fracasso desta política pública.

Após contextualizar a cidade e a recente crise que aprofunda a questão da violência, nosso desenvolvimento dá conta do surgimento da sociedade conectada e de que forma essa tecnologia permite construir novos comportamentos e visões acerca da própria violência no Rio de Janeiro.

Tecnologia e sociedade conectada

O processo de privatização das telecomunicações iniciado em 1998, a redução dos preços de equipamentos e serviços na área de telefonia devido a evolução tecnológica e competição no setor fez o Brasil evoluir para 90% dos domicílios com acesso a meios de comunicação, principalmente via aparelhos celular.

O ano de 2007 foi marcado pelo lançamento do primeiro dispositivo mobile da Apple, o iPhone, fato que revolucionou o mercado de telecomunicações mundial ao reinventar e redefinir o conceito de smartphone. Observando o desenrolar da última década percebemos novas dinâmicas pautadas por alterações profundas no modo como as pessoas se relacionam e, conseqüentemente, no modo como as empresas se relacionam com as pessoas e vice-versa.

O Brasil superou a marca de um smartphone por habitante e conta com 220 milhões de celulares inteligentes ativos, de acordo com a 29ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas realizada pela FGV no primeiro semestre de 2018.

Entretanto, o que mais impressiona não é a quantidade, mas o avanço tecnológico por que passaram estes aparelhos, que hoje funcionam como verdadeiros computadores de bolso com capacidade de processamento semelhante ou superior aos computadores do começo da década, com funções e aplicações em praticamente todas as áreas do conhecimento humano.

Dados do Comscore (2018) mostram três categorias que se destacam no cenário social media: multimídia redes sociais e mensagens instantâneas.

A relevância das redes sociais está atrelada ao mobile como mostram os dados Comscore (2018), onde Facebook e Twitter, por exemplo, são acessados mais de 90% pelo smartphone; já o LinkedIn é acessado tanto por mobile como desktop com pesos bem equilibrados. Entretenimento, games, redes sociais e mensagens instantâneas dividem o share de total de minutos de apps acessados, sendo que a maior concentração se dá nas redes sociais e mensagens instantâneas.

O digital está definitivamente incorporado na sociedade e no cotidiano das pessoas.

O modo como a sociedade, nos últimos anos, tem aprendido a lidar com as diferentes formas de conteúdo nos mais diversos meios de comunicação, em uma época onde a interatividade e o fluxo de informações são intensos e, mais do que isso, o modo como os novos suportes tecnológicos tem influenciado essa dinâmica que configuram o que Jenkins (2008) nos apresenta como convergência, ou seja, fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam.

Assim sendo, convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas e sociais, isto é, uma mudança no modo como é encarada as relações com as mídias. As

habilidades que, adquiridas nessa brincadeira, tem implicações no modo como se aprende, trabalha, na participação e em como os indivíduos se conectam entre si em todas as partes do mundo. (JENKINS; 2008).

Tudo isso só foi possível graças às novas transformações tecnológicas, mais especificamente, o surgimento da Internet, em um processo constante de mudanças que possibilitou um grau de interação (interatividade), velocidade, integração e dinamismo entre as mais diversas mídias e seus conteúdos antes impossíveis e impensáveis. E toda essa dinâmica cabe num smartphone.

Segundo Lévy (1999), “a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais vai criar uma nova relação entre técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura”. Assim, o autor defende que a técnica possui de fato poder de influenciar a cultura, como também os comportamentos sociais. Isso serve de base para a argumentação de que os smartphones, como aparato técnico de alta tecnologia, também possuem esse poder. Contudo, a cibercultura não é somente fruto de um projeto técnico, mas de uma relação estreita com a sociedade.

A cibercultura representa um processo de formação cultural propiciado pelas novas tecnologias, ou seja, todas elas estão contidas de algum modo e contribuem para a formação da cibercultura. Dessa forma, como bem colocado por Lemos (2013), podemos entender que “a cibercultura é o mundo” ou, ao menos, é o modo como hoje ele está configurado.

O smartphone está todo dia e todo o tempo com as pessoas. A vida das pessoas passa por ele, vídeos, pagar contas, ver rotas de trânsito, pesquisar na internet, tirar fotos, enviar mensagens, o que demonstra, em comparação a rádio e televisão, o meio de maior velocidade de adoção, e inclusive mais rápido do que em relação aos desktops. Assim os smartphones não são somente uma nova tecnologia, mas um novo modo de comportamento.

Com isso, o que estamos vendo na realidade é a intensificação das comunidades virtuais (RECUERO, 2009) e suas interações em um contexto cada vez mais marcante que trazem o aumento do número de smartphones e do acesso às redes sociais, da sociedade em rede (CASTELLS, 2000).

Para Castells (2000) “uma rede é um conjunto de nós interconectados [...] no convívio em sociedade, as redes se tornam estruturas comunicativas”. Assim, cada um destes nós, no caso das redes sociais, poderiam ser interpretados como indivíduos envolvidos na rede, ou, como classifica Recuero (2009), atores sociais. Elas se tornam estruturas comunicativas na medida em que permitem interações sociais e conexões, de forma geral, entre estes diversos nós, ou atores sociais, no contexto do que Castells (2009) chamou de sociedade em rede. Redes sociais são, ainda, “dinâmicas e estão sempre em transformação.” (RECUERO, 2009).

Essa intensificação se dá, justamente, pela facilidade de acesso que os smartphones propiciam aos aplicativos. Portanto, podemos afirmar que estes dispositivos funcionam como catalisadores de mudanças sociais específicas e condicionadas pelas mais diversas formas de mídias sociais, que, em alguns casos, já ocorriam antes mesmo de seu surgimento, nos sites de redes sociais como o Facebook, mas que se intensificaram com o aparecimento dos smartphones. Nessa linha, Hayden e Webster (2014, tradução nossa) afirmam que “o smartphone é o catalisador do nosso mais novo desejo de se conectar e compartilhar experiências em sites e serviços de redes sociais”. E mais, de acordo com os autores, “permite a habilidade de se comunicar de forma assíncrona com grupos como família, amigos e colegas, e compartilhar mais do que somente voz e texto (...) e compartilhar experiências com outros seres humanos de formas nunca antes possíveis”.

Dados do Comscore apontam que 88% do tempo gasto na internet são através de Apps (softwares desenvolvidos para ser instalado em um dispositivo móvel) com uma média de 26 apps utilizados por mês. Eles são as portas de entrada no celular.

As tradicionais mensagens de texto, utilizadas desde os primeiros celulares, também sofreram mudanças, com o surgimento de aplicativos de texto como o WhatsApp, Line ou WeChat, também considerados mídias sociais, que permitem o envio de mensagens via rede e a criação de grupos com inúmeros participantes que interagem entre si. As mídias sociais virtuais, ou sites de redes sociais, como Facebook, Twitter e Youtube ganharam aplicativos próprios, e que podem ser acessados a qualquer

momento por seus usuários, ou atores sociais (RECUERO, 2009), permitindo várias formas de interação social como comentários e compartilhamentos de conteúdo.

O brasileiro é mobile e isto implica em novos comportamentos, novas relações significativas e novos relacionamentos. O smartphone é o meio que mais traz as pessoas para o mundo digital, como uma primeira tela de acesso ao mundo da internet e suas conexões, e isso é muito facilitado e ampliado pela sua portabilidade.

O papel desempenhado pelo mobile na comunicação humana foi revolucionário desde seu surgimento, quando as pessoas puderam, pela primeira vez na história, se comunicar por voz, a distancia, estando em qualquer lugar do mundo, ou seja, em tempo real, em movimento.

O indivíduo é ao mesmo tempo produtor e consumidor da informação. Ficar conectado é estar no mundo

Plataformas Colaborativas e os aplicativos OTT – Onde tem tiroteio e FC – Fogo Cruzado

Os dispositivos tecnológicos conectados interferem diretamente no comportamento e nas atitudes dos indivíduos e, por conseguinte, nas formas de relacionamento entre os mesmos, propiciando formas de colaboração e engajamento no ambiente digital. Embora haja alteração significativa na capacidade de se acumular memória ou realizar tarefas que exijam mais concentração, o ambiente digital pode também favorecer um comportamento que parece ser inerente a todo ser humano: trabalhar, em conjunto ou não, movido a incentivos ou estímulos das mais diversas e amplas modalidades.

Clay Shirky (2011) é categórico ao definir a cultura do compartilhamento como uma característica inerente do ser social. Independentemente das novas tecnologias, o autor observa que o ser humano tem predisposição para trocar informação com a comunidade em vários territórios, sejam físicos, cognitivos ou cibernéticos (LEVY, 1999). É nesse contexto que Shirky (2011) defende o surgimento das novas tecnologias como catalisadoras de um comportamento de criação de conteúdo em conjunto, potencializando a inteligência individual graças ao aporte do grupo. Essa dinâmica só é possível, diz o autor, graças ao ambiente que entrega os meios, os motivos e as oportunidades para criar valor no digital – as mídias funcionam como tecido conjuntivo da sociedade.

Ideias, talento e conteúdo, vivenciados no ambiente off-line, hoje conectados produzem um excedente cognitivo que coletivamente, pela participação dos indivíduos, determina o uso e o que se espera uns dos outros quando nos envolvidos numa conectividade. (SHIRKY, 2011)

Portanto, a soma de toda a capacidade humana de gerar valor a partir da soma de esforços pequenos em prol da construção de um produto maior e mais abrangente, é esse excedente cognitivo. É também, acima do simples tempo livre, a conexão de ideias complementares, um *crowdsourcing* de conteúdos possibilitado por interfaces digitais de comunicação, impulsionado pela necessidade do ser humano de viver em sociedade e por incentivos específicos dos indivíduos.

E é neste contexto digital (4.0) e de compartilhamento coletivo, em prol objetivos maiores e embuídos de propósitos que surgem os aplicativos OTT – Onde Tem Tiroteio e FC – Fogo Cruzado no ano de 2016.

O aplicativo Onde tem tiroteio propõe a “segurança a seu alcance”, onde a partir do conceito 4.0 (digital) que norteia o trabalho desenvolvido por uma equipe de quarto amigos², sem formação jornalística ou provindos da área de segurança pública, tem como propósito municiar os cidadãos sobre tiroteios, falsas blitzs, arrastões e disparos de armas de fogo no intuito de criar uma rede de proteção para que os indivíduos possam se deslocar com segurança pela cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Disponibiliza as informações em app próprio e pelo website, contando com cerca de 4,5 milhões de usuários acessando informações em tempo real. Em 2018 passou também a operar em São Paulo. As informações são checadas, com uma rede de informantes, antes de serem divulgadas. Não há identificação de quem colabora na plataforma por questões de segurança, assim os mapeamentos são por tipo de ocorrência (arrastão, tiroteios, disparos de armas de fogo ou falsas blitzs) e por área geográfica. Os relatórios são tabulados por dia e mês. O aplicativo também disponibiliza comparativos históricos como,

² Um professor de física, um profissional de TI e dois profissionais que atuam na área de energia.

por exemplo, mês vigente versus mês anterior; ou mesmo período do ano anterior. Os alertas chegam diretamente nos smartphones dos usuários, permitindo que estes compartilhem em suas próprias redes sociais amplificando o alcance da informação.

Onde tem tiroteio foi criado e mantido pela própria equipe, hoje por conta de anúncios publicitários consegue operar sem a necessidade dos recursos particulares da equipe, pois ainda não possui uma instituição de financiamento.

O Fogo Cruzado se denomina uma plataforma colaborativa “que tem o objetivo de registrar a incidência de tiroteios e a prevalência de violência armada na região metropolitana do Rio de Janeiro através de um aplicativo para tecnologia mobile combinado a um banco de dados”.

Diferentemente do OTT, o Fogo Cruzado foi originalmente desenvolvido e lançado pela Anistia Internacional Brasil em 2016, o projeto tornou-se independente e autônomo da organização a partir de janeiro de 2018. É financiado pela OAK Foundation³ e tem na gestora do projeto a experiência em segurança pública e formação jornalística. Funciona nos mesmos moldes do OTT no que refere a divulgação de ocorrências de violência com armas de fogo a partir da colaboração ampla e diversa, proteção de quem envia as informações a partir de notificações em tempo real para os smartphones dos usuários que também podem compartilhar essas informações. Atualmente com sede em São Paulo tem atuação no Rio de Janeiro (2016) e Pernambuco (2018). A tabulação das notificações é semanal, mensal e semestral além de colaborar para estudos mais aprofundados ligados ao impacto da violência na cidade em parceria com outras instituições.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho está calcada na análise interpretativa do objeto estudado, que abraça duas dimensões: o contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro palco de uma violência urbana marcada por disparos de armas de fogo registrados nos aplicativos Onde tem tiroteio e Fogo Cruzado; e o impacto desta realidade no cotidiano dos usuários cadastrados nos aplicativos. Já que o objetivo é identificar o que está sendo dito a respeito do fenômeno analisado. (Bardin, 2010).

Inspirados nos estudos de Consumer Culture Theory (CCT) buscamos a compreensão do consumo, das escolhas comportamentais e os vários modos de interação entre os consumidores. Partimos de um sistema interconectado de imagens, textos e objetos produzidos, que os grupos utilizam para a construção de suas práticas, identidades e significados na criação de sentidos em seus ambientes e para orientar as experiências e vidas de seus membros. E dessa forma construir um conhecimento que busque integrar a noção experiencial do consumo com o sistema cultural e simbólico dos sujeitos envolvidos no fluxo da vida social cotidiana. (ARNOULD; THOMPSON, 2007).

Esses estudos, que privilegiam a metodologia de pesquisa qualitativa, têm se dedicado à compreensão do consumo, das escolhas comportamentais e das práticas sociais, todos enxergados como um fenômeno cultural. A CCT debruça-se sobre a maneira como os consumidores geram e modificam continuamente os significados simbólicos de seu consumo, presentes em marcas, propagandas e no próprio uso dos bens materiais como um todo, construindo expressões de suas particularidades pessoais e sociais. São exploradas questões como a relação entre contextos culturais e sociais, os modos de interação entre consumidores e empresas e a construção, alteração e distribuição dos significados do consumo (ARNOULD e THOMPSON, 2007).

Para que o observador possa capturar informações consistentes com um grau de detalhamento satisfatório, deve ser levada em conta uma variedade grande de execuções de processos, observação de diversos grupos, contextos e locais. Este esforço exige tempo e dedicação, fato esse possibilitado pela vivência e percepção da realidade a sua volta, vivida diariamente pelos pesquisadores na cidade do Rio de Janeiro que tem em média 20 disparos de armas de fogo ou tiroteios por dia.

Assim sendo a etnografia mostrou-se como o método mais adequado em virtude da natureza do problema abordado neste artigo que é a compreensão do fenômeno do consumo (da violência) assumindo

³ <http://oakfnd.org>

a perspectiva do indivíduo (usuário dos aplicativos) em seu ambiente sociocultural. Logo, a observação direta surge como uma técnica que pode ser definida por meio do acompanhamento presencial do processo a ser estudado que sujeita o pesquisador a um contato mais direto com a realidade.

Esta técnica auxilia na identificação de evidências revelando comportamentos, escolhas e dinâmicas dentro de um contexto específico na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Inseridos no mesmo *lócus* urbano dos indivíduos pesquisados e sendo afetados diariamente pelo objeto da pesquisa, as impressões dos investigadores também são consideradas na análise. Segundo Velho (2013) “ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou menos intensidade, a um confronto com representantes dos universos de que foram investigadores”, e o autor ainda salienta que: “daí a importância do trabalho de campo, com observação e entrevistas que devem, em princípio, permitir ao investigador ir além das “aparências” e identificar “códigos” nem sempre explicitados”.

Referenciando Magnani (2009) que recomenda uma posição “de dentro e de perto”, os pesquisadores buscaram se posicionar de forma que a particularidade de estarem inseridos no mesmo contexto dos pesquisados não prejudicasse o olhar distanciado possibilitando se “impregnar pelos estímulos sensoriais durante o percurso”, buscando, sobretudo, o padrão, a norma.

Nossa metodologia ainda conta com a inspiração da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2010) que tem um caráter essencialmente qualitativo, embora possa se utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos.

Segundo a autora, a função central da análise de conteúdo é o desvendar crítico. Para tal estar imerso na realidade, conviver com atores, e ser um deles, no deslocamento da cidade, ao receber informações dos aplicativos sobre disparos de armas de fogo, ouvir os disparos em locais da cidade, se envolver com fatos violentos que afetam indivíduos no convívio social privado; faz-nos refletir criticamente em como é o estar nesta cidade, no lazer, no deslocamento pelas ruas, nas escolhas de sair ou não de casa, como se proteger, o que evitar e por fim o que relativizar quando já não há mais opções que garantam segurança.

A fase organização da análise se constituiu pela exploração do material, tratamento dos resultados em bruto e interpretação desses resultados, ou seja, organizar o material para que se torne útil à pesquisa. Nesta fase, o pesquisador deve sistematizar as ideias iniciais que implica em conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. É nesta etapa que há as operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de algumas das modalidades de codificação para o registro dos dados (BARDIN, 2010).

Portanto nesta fase levantaram-se dados sobre a crise na cidade do Rio de Janeiro, não só sobre violência, entendendo que há todo um contexto de social e econômico envolvido, bem como político, calcado pelos grandes eventos que a cidade sediou impactando nas escolhas de investimento, inclusive de segurança pública. Com o desmantelamento dos esquemas de corrupção pelo Ministério Público e a falência econômica da cidade houve uma profunda crise em todas as áreas. E a violência urbana surge como uma das suas facetas mais terríveis. Além de dados estatísticos sobre violência e disparos de armas de fogo.

Para a codificação e registro de dados utilizamos as informações sobre violência produzidas pelo órgão oficial ISP (Instituto de Segurança Pública - RJ) e pelos próprios aplicativos. Somados a estes, os dados provenientes do questionário quantitativo aplicado a 60 entrevistados.

Dessa forma tendo “à disposição resultados fiéis e significativos, pode o analista propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos, ou que digam respeito”, Bardin (2010), a interpretação dos resultados por meio da inferência, torna-se uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições” e é complementada pela narrativa das entrevistas em profundidade aplicadas junto aos usuários dos aplicativos e pela observação direta do fenômeno estudado em diálogos informais dentro do convívio social dos pesquisadores.

Neste sentido a entrevista (gravada e conduzida por meio de questionário estruturado) numa abordagem qualitativa nos leva a conteúdos significativos para a compreensão do objeto de pesquisa,

considerando não a quantidade de entrevistas aplicadas, mas a capacidade de gerar informações, impressões, percepções, opiniões do outro. Por conseguinte, o pesquisador é levado a desvendar o “mundo mental do indivíduo” (McCracken, 1988) objetivando “conhecer como as pessoas percebem o mundo”. (FRASER, 2004).

Para tal é importante, a partir das narrativas coletadas nas entrevistas, perceber em que contexto é construído essa narrativa, como os elementos se combinam numa cadeia lógica de pensamento, como se materializam em opinião e consequentemente em comportamento, desvelando o que pode estar por trás do que está sendo dito pelo entrevistado.

Busca-se assim identificar o que está sendo dito a respeito do comportamento e das práticas baseadas em hipóteses percebidas como explicações antecipadas do fenômeno observado que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do estudo. (Bardin, 2010). Assim sendo a hipótese que norteia este trabalho é o paradoxo decorrente da própria proposta dos aplicativos Onde tem tiroeio (OTT) e Fogo Cruzado (FC), isto é, se por um lado as informações disponibilizadas buscam proteger os indivíduos, por outro lado podem ser percebidas como aumento significativo da insegurança?

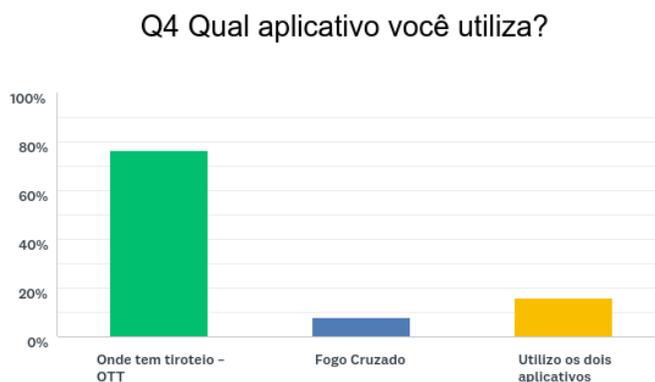
Objetiva-se, portanto com a metodologia adotada ir além de ser meramente descritiva, mas ser uma análise de significados, construída na empiria, a partir de inferências e argumentos que entendam o que está por trás da realidade dada e que consequências podem provocar no âmbito pesquisado. Afinal para Velho (2013) qualquer consenso é sempre relativo e não absoluto.

RESULTADOS

Quantitativos

O questionário com 16 perguntas foi enviado e tabulado pelo software *SurveyMonkey*, tivemos 60 respostas. O perfil dos respondentes da pesquisa são 68,33% masculino, a maioria tem entre 31 e 60 anos e tem renda de até R\$ 4.500.

O gráfico 1 mostra uma predominância na utilização do aplicativo Onde tem tiroeio OTT com 76,32% dos respondentes, enquanto 7,89% dizem utilizar o aplicativo Fogo Cruzado FC e 15,79% responderam que utilizam os dois aplicativos.



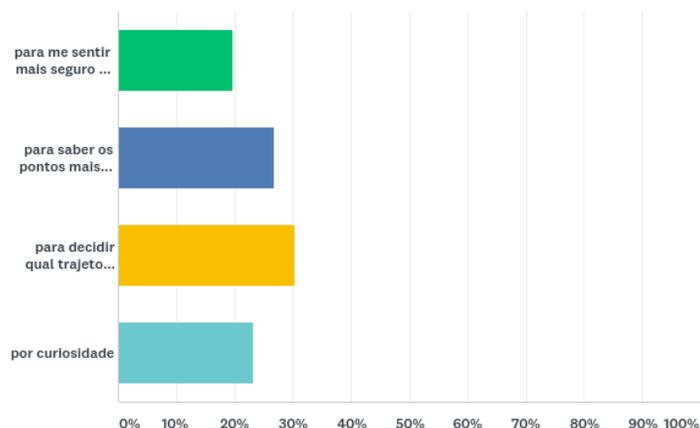
Fonte: Dados de Pesquisa.

A descoberta do aplicativo deu-se predominantemente através da indicação de amigos e parentes, com 54,39% dos respondentes, enquanto as redes sociais responderam por 36,84% do total.

Com relação ao tempo que os usuários têm o aplicativo instalado 62,50% responderam menos de seis meses, 25% de seis meses a 1 ano e apenas 12,50% os tem mais de 1 ano.

O gráfico 2 demonstra os motivos que levaram aos respondentes a adotar o aplicativo, a segurança foi a resposta com menor incidência, com apenas 19,64% dos respondentes, a escolha do melhor trajeto foi a escolha da maioria dos respondentes, 30,36%, em seguida com 26,79% os respondentes escolheram para saber os pontos mais perigosos ou de confronto da cidade, curiosidade teve 23,21% das respostas.

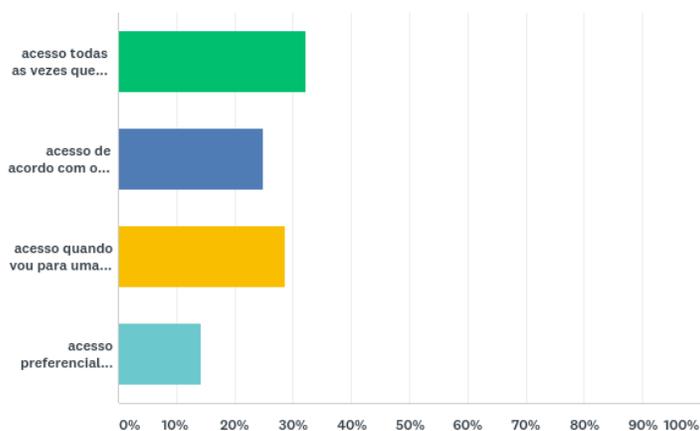
Q7 Motivos que te levaram a adotar o aplicativo?



Fonte: Dados de Pesquisa.

A maioria dos usuários, 39,29% dos respondentes, disseram que utilizam o aplicativo poucas vezes por semana, em seguida com 37,50% do total todos os dias, enquanto 23,21% utilizam o aplicativo algumas vezes na semana. A ocasião em que o aplicativo é utilizado destaca-se, com 32,14% das respostas quando os respondentes vão se deslocar na cidade em seguida com 28,57% quando vão para uma região desconhecida.

Q9 Em quais ocasiões você acessa o aplicativo?



Fonte: Dados de Pesquisa.

Com relação a confiabilidade das informações passados pelo aplicativo, 82,14% confiam totalmente ou parcialmente e apenas 17,86% responderam não confiar. As informações do aplicativo são confirmadas por 71,43% dos respondentes.

As informações recebidas do aplicativo trazem a 59,65% dos usuários uma sensação de segurança, pois permite aos respondentes decidir como se deslocar na cidade, enquanto para 40,35% não existe essa sensação de segurança, pois a violência está em toda a parte.

A sensação em relação à violência na cidade aumentou, 50% responderam que “se por um lado o aplicativo me mantém informado e posso decidir por locais mais seguros, por outro lado percebo que a violência está em toda a cidade, em todo o lugar e que não há local seguro”, 30,36% responderam que a sensação de total insegurança em que a cidade se encontra, enquanto 10,71% do total acreditam que o aplicativo passa uma falsa sensação de segurança e 8,93% se sentem mais inseguros.

Qualitativos

As entrevistas qualitativas foram realizadas com 10 pessoas que possuíam um ou os dois aplicativos instalados em seus smartphones. Além disso, consideramos selecionar para essa etapa moradores de áreas vulneráveis e de áreas não vulneráveis, como também a faixa etária predominante na parte quantitativa, ou seja, nossos entrevistados estavam na faixa etária dos 30 a 60 anos, homens e mulheres. Outro critério para a entrevista em profundidade foi o tempo de uso do app, e neste caso definimos a utilização mínima de 6 meses.

Os entrevistados relataram que a instalação dos apps surgiu a partir de indicações de amigos e parentes, uma vez que já que recebiam informações sobre eventos envolvendo disparos de armas de fogo pelo Whatsapp ou por telefonemas destes núcleos. Dos dez entrevistados somente três declararam que tiveram conhecimento dos apps por redes sociais/internet e então fizeram o download em seus telefones. Na visão dos entrevistados o serviço prestado pelos apps permite saber mais rápido sobre os eventos e em vários locais ao mesmo tempo, permitindo que as escolhas do deslocamento na cidade sejam melhor definidas.

A pergunta central da entrevista em profundidade foi “como viver numa cidade que possui um app de smartphone contabilizando disparos de armas de fogo, tiroteios e arrastões?”. Com essa provocação os entrevistados puderam discorrer como se comportam em relação aos apps propriamente ditos, se compartilham informações, como se sentem, como se protegem, como se deslocam pela cidade, o que continuam fazendo, o que deixaram de fazer.

A nossa observação vai além da narrativa em si, pudemos perceber as expressões de tristeza, revolta, medo e conformismo. A falta de confiança nas instituições e no papel da segurança pública, a consciência do descaso com a população e a certeza de que para mudar a situação atual será preciso muito tempo está nas falas dessas pessoas. As críticas aos políticos e algumas visões mais radicais sobre enfrentamento da violência surgiram nas entrevistas.

Compartilhar as informações dos apps com suas redes de convívio é visto como ato crucial para tentar proteger as pessoas numa cidade que tem em média 20 disparos de armas de fogo por dia.

A percepção sobre como viver numa cidade com este cenário é transitar com medo em vias públicas, em transportes públicos, a pé e inclusive em bares com mesas nas calçadas onde facilmente pode-se ser assaltado.

O lazer foi muito comprometido no sentido de minimizar o risco de exposição à violência, principalmente à noite, mesmo afirmando nas entrevistas que “não tem hora para acontecer”. O medo é uma constante, como também o comportamento de avisar aos parentes mais próximos que chegou bem ao local para qual estava se deslocando, uma verdadeira rede de controle.

Dois entrevistados afirmaram ter cancelado compromissos em virtude de eventos com tiroteios ou disparos de armas de fogo próximos ao local para o qual estavam se deslocando. Os cinco entrevistados, moradores de áreas vulneráveis, já ficaram impedidos de sair de casa por conta de confrontos na comunidade e/ou não puderam chegar em casa pelo mesmo motivo, acionando amigos ou parentes para acolhê-los.

Deslocamentos por áreas que oferecem mais risco somente em função do trabalho e da escola, fora isso é evitado.

Outras atitudes foram incorporadas no dia a dia dessas pessoas como a maior vigilância nos locais por onde passam e aos sinais que podem demonstrar perigo: engarrafamentos que podem ser aproveitados

para assaltos, evitar sinais de trânsito vermelhos em determinados lugares evitando exposição, carros voltando em marcha à ré, a observação de motos ao se aproximarem dos carros também foi relatada em duas dimensões (moto com uma pessoa, sem perigo; com duas pessoas o perigo é iminente). Além de evitar uso de jóias, celulares pelas calçadas e até em ônibus, andar com dois celulares (um mais novo e o mais antigo para entregar ao assaltante).

Em deslocamentos a pé a preferência são por vias mais movimentadas e evitar andar sozinho, mas em grupos, na saída do trabalho ou escola. Para os entrevistados que possuem carro há todo um protocolo combinado com a família, como por exemplo, não ficar dentro do carro aguardando alguém, ao perceber algo suspeito na entrada ou na saída de garagem dar mais uma volta pelo bairro ou não abrir o portão, instruir crianças maiores a tirar o cinto de segurança rapidamente e até mesmo não levar crianças em cadeirinhas, mas no colo para, em caso de necessidade de sair rapidamente do veículo, que a cadeirinha não atrapalhe.

Dos entrevistados, todos já enfrentaram situações de risco, como ter que se abaixar dentro do ônibus por conta de tiroteio, voltar em marcha ré para fugir de arrastão, ter o celular furtado enquanto andava a pé pela calçada e ter o veículo roubado. Todos entrevistados já ouviram disparos próximos ao trabalho, escola e/ou casa e relatam o pânico de se sentirem acuados nesses locais.

As narrativas acima ilustram o cotidiano marcado por um cenário que impõe aos usuários (e não somente a eles) dos apps uma constante elaboração de estratégias de deslocamento e de proteção/controle.

E como lidar com esse turbilhão de atitudes num cenário incerto?

“é viver com medo todos os dias, tem momentos que a gente até se distrai, parece que tá tudo bem, mas aí chega uma notícia de violência, tiros, tá muito difícil” moradora do Complexo do Alemão

“fico alerta o tempo todo, preocupado com meus filhos, no trajeto do trabalho, na volta pra casa...só relaxo quando todos estão em casa” morador da Tijuca.

“quando vejo aquele monte de tiroteios no celular me dá um aperto no coração tão grande, me sinto impotente diante da situação que chegamos, e sinceramente não vejo solução a curto prazo, tem que mudar muita coisa” moradora de Jacarepaguá.

“só Deus mesmo para olhar por nós” moradora da Maré

“eu evito alguns lugares, alguns trajetos, mas sei que estou exposto o tempo todo, em qualquer lugar, em qualquer hora....muito triste, revoltante, uma cidade tão linda....perdemos a confiança....se vejo um carro de polícia penso, estou seguro...mas se de repente bandidos resolvem atirar neles? E eu passando? Se não tem carro de polícia...me sinto desprotegido....é muito doido....tem momentos que paro de pensar porque senão enlouqueço” morador de Bangu.

“bom o que tiver que ser vai ser....rezo pra não me acontecer nada, nem com minha família....o negócio é não estar no lugar errado e na hora errada, mas como saber? Rezar para ter proteção e sorte” morador de Olaria.

Ao serem perguntados se todos estão expostos da mesma forma à violência percebe-se a distinção de discursos. Os moradores das áreas vulneráveis se percebem mais criticamente afetados pois se veem mais expostos aos confrontos entre bandidos por território, nos confrontos de policiais com bandidos nas operações de intervenção na comunidade e também pelo novo confronto que vem se estabelecendo nestes territórios, os da milícia contra bandidos. Esta visão também foi salientada pelos moradores de áreas não vulneráveis, estes percebem que os habitantes de favelas estão com a violência literalmente na porta de casa e que não conseguem imaginar sequer como poderiam conviver numa situação destas.

Neste ponto das entrevistas podemos notar a clara separação de comportamento em relação aos apps observados neste trabalho, todos os moradores de áreas vulneráveis já colaborou mais de uma vez com a plataforma dos apps, enquanto que os moradores que habitam áreas não vulneráveis nunca o fizeram.

Esta colaboração junto aos apps é vista sob duas percepções; uma delas é a forma de manter viva a rede de proteção ao outro, e a outra de dizer ao mundo a tragédia a que estão expostos.

Entretanto ao se deslocarem pela cidade se sentem iguais ao poderem ser surpreendidos por diversos tipos de violência e que os apps ajudam a evitar determinadas regiões e/ou eventos.

É notório perceber que essas pessoas tentam enfrentar o medo da violência relativizando o tempo todo com as estratégias que elaboram para si mesmas. Quando não reconhecem a capacidade do Estado

em lhes proteger, mudanças de comportamento visando a minimização dos riscos surgem como únicas alternativas para encarar o que não podem controlar. Isto fica claro nas narrativas, como por exemplo, “enquanto minha filha não liga dizendo que chegou bem na faculdade, tento não pensar que pode existir a possibilidade de acontecer algo”; “entrego para Deus”, “trago a bíblia na bolsa o tempo todo”, “ah minha filha, rezo quando saio de casa, agradeço quando chego”.

O desgaste emocional, a desesperança, o conformismo, e uma banalização da violência são visíveis nas expressões e nas falas dessas pessoas, onde eventos de violência são tão presentes em seus cotidianos que por vezes não provoca reações, é só mais um.

Na percepção dos usuários cadastrados os apps ajudam e permitem que as pessoas possam se sentir mais seguras a medida que estabelecem decisões de deslocamento pela cidade que podem diminuir a sua exposição aos riscos, mas por outro lado a quantidade de informações sobre tiroteios e disparos de arma de fogo é tão grande e espalhada por toda a cidade e região metropolitana que o amplo compartilhado via redes sociais causa “angústia”, “stress”, “desespero”, “pânico”, “pavor”, “medo”, alias palavra mais dita pelos entrevistados.

Os relatos impactaram a vivência e a percepção dos pesquisadores deste trabalho, nos reconhecemos na fala desses indivíduos. Observamos as notificações dos apps em nossos celulares e como a rede de controle e a tentativa de proteger o outro também interferiram em nosso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar o impacto das informações compartilhadas pelos aplicativos Onde tem tiroteio e Fogo Cruzado no cotidiano dos indivíduos e a partir daí entender suas lógicas e escolhas de deslocamento pela cidade.

Podemos perceber nos resultados quantitativos e nos qualitativos o impacto da violência urbana, mais precisamente, dos tiroteios e disparos de armas de fogo, na convivência social dos indivíduos como também nos aspectos sócio-psicológicos destes; onde o medo e a busca de rotas mais seguras, bem como estratégias para minimizar a exposição aos eventos violentos é uma constante na vida dessas pessoas.

Os resultados mostram a confirmação paradoxal de nossa hipótese já que mesmo sendo os aplicativos uma ferramenta capaz de promover informações capazes de permitir aos usuários a criação de uma rede de proteção e até mesmo de controle sobre os indivíduos de seu convívio social ao compartilhar as informações sobre violência é por outro lado capaz de ampliar a percepção da violência na cidade quando as telas de seus smartphones recebem em média 20 notificações envolvendo tiroteios, disparos de armas de fogo e arrastões em vias públicas provocando medo.

Isso se deu a partir da tecnologia da internet inserida nos smartphones e o desenvolvimento de aplicativos específicos possibilitando o recebimento e o compartilhamento de informações de forma muito rápida, e mais, baseada na co-participação dos indivíduos que passam a ser produtores e consumidores de dessa mesma informação criando uma verdadeira rede de proteção e controle de eventos violentos na cidade do Rio de Janeiro.

Todos são parte desta sociedade em rede, uns influenciando os outros, todos conectados numa grande convergência que busca proteção e segurança.

A pesquisa mostrou que as notificações dos aplicativos causam alterações na forma de deslocamento pela cidade, seja na mudança de trajeto ou na decisão de não transitar por algum local, além disso, também foi possível perceber certa naturalização, ou seja, mesmo alterando a percepção sobre a violência como ampla e presente em toda a cidade, os indivíduos se conformam no sentido de que se arriscar diariamente neste cenário é praticamente inevitável e faz parte de suas rotinas. Estar em alerta e estabelecer estratégias de proteção e controle foram resultados visíveis, porém o cotidiano e o hábito dos trajetos diários incorporam-se na vida das pessoas de tal forma que há um relaxamento dessas estratégias e aí surge a notificação no smartphone como um alavancador do ciclo de atenção e medo.

E mais, uma relativização do conceito de segurança que pesa nas efetivas atitudes dos indivíduos com as informações disseminadas através dos aplicativos, uma vez que mesmo sem confiar plenamente nas informações divulgadas, mudam seus deslocamentos na cidade ou evitam alguns trajetos.

A naturalização precede a relativização em torno da busca por proteção, isto é, mesmo não presenciando todos os eventos notificados, mesmo diante de tantos eventos notificados, mesmo habituando-se a uma realidade inevitável, mesmo revelando que em alguns casos a notificação não é uma novidade; os indivíduos criam para si próprios um discurso de compensação que os faça se sentir mais seguros em seu próprio cotidiano, isto é, uma construção de confiança (subjéctiva) baseada no “divino” e no “destino” como categorias chave.

Podemos concluir com nosso trabalho que a busca por segurança e o alarde da insegurança são elementos constituintes, contraditórios e paradoxais do compartilhamento das informações produzidas pelos aplicativos Onde tem tiroteio e Fogo cruzado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Consumer culture theory (and we really mean theoretics): dilemmas and opportunities posed by an academic branding strategy. In: Belk, R. W.; Sherry, J. F. (ed.) Consumer culture theory. Oxford: Elsevier, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ComScore. Redes Sociais no Brasil. Junho 2018.

FGV. Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas. 2018.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, 14 (28), 2004. Disponível em : www.scielo.com

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HAYDEN, Tim; WEBSTER, Tom. The Mobile Commerce Revolution: Business success in a wireless world. Indianapolis: Que, 2014.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

LEMOES, André. Cibercultura: tecnologia, vida social na cultura contemporânea. Sulina, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: 1999.

MACHADO DA SILVA, L. A. Vida sob cerco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAGNANI, J.G.C. Etnografia urbana. IN: FORTUNES, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). Plural das cidades: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Edições almeidina S.A., 2009

MCCRACKEN, Grant. The long interview. California: SAGE Publications, 1988.

MISSE, M. O movimento. (1999). Disponível em <http://www.ufrj.ifcs.necvu.br/>. Capturado em 03/08/ 2018.

NEPD & CLAVES. Estudo global sobre o mercado ilegal de drogas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

NOVAES, Patrícia Ramos. Favelas e Gentrificação: ampliando o debate. Rio de Janeiro, 2018.

PERALVA, A. Violência e democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIRKY, Clay. Cultura da participação. Criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Eliana Sousa. “A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré”. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

SILVA, H. H. C. et, al. O comércio de varejo de drogas ilegais e a juvenilização de sua mão de obra. Revista Augustus, n 28. Rio de Janeiro, p 57-78, ago. 2009.

VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VALLADARES, L. A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. [organizadores: Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro]. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZALUAR, A. A máquina e a revolta. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.